

# Fórum Fale sem Medo: violência contra as mulheres aparece já nos primeiros relacionamentos e avança no mundo virtual

*(Débora Prado, Agência Patrícia Galvão)* A segunda edição do Fórum Fale sem Medo trouxe um alerta para os atores envolvidos no enfrentamento à discriminação e violência contra as mulheres: a violência doméstica se perpetua entre gerações, aparece já nos primeiros relacionamentos entre jovens e se expande para o mundo virtual, colocando, muitas vezes, as novas tecnologias a serviço dessas violações.

A experiência de especialistas de diferentes áreas reunidos no evento – promovido pelo Instituto Avon no âmbito da campanha mundial “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher” – reforçou o cenário captado na pesquisa lançada no Fórum: um levantamento encomendado pelo instituto ao Data Popular mostrou que um terço das mais de mil mulheres com idade entre 16 e 24 anos já foi xingada ou impedida de usar determinada roupa, 51% já sofreram ameaças, foram seguidas pelo ex, ou este ficou enviando mensagens ou ainda espalhando boatos sobre a mulher quando ela decidiu terminar o relacionamento. Uma em cada três jovens também já foi proibida de conversar virtualmente com amigos, sofreu invasão da conta de alguma das redes sociais utilizadas e até mesmo amizades virtuais foram excluídas pelo parceiro.

Os gestores, pesquisadores, promotores, jornalistas, ativistas e especialistas presentes destacaram, por sua vez, que é preciso debater com os jovens e adolescentes quais são os papéis sociais de gênero e como eles podem alimentar relações violentas, para desnaturalizar as várias formas de violência contra as mulheres que acontecem cotidianamente.

***Veja também:***

[Fórum Fale sem Medo: reconhecer tipos menos visibilizados de violência é passo essencial para prevenção](#)

A pesquisadora do Departamento de Antropologia da USP Beatriz Accioly explica que a violência de gênero está associada a expectativas criadas na sociedade a partir de construções do que representa o masculino e feminino, que, carregadas de desigualdades, podem estimular violações dos direitos e autonomia das mulheres. “O pornô de vingança, por exemplo, pressupõe que a exposição da sexualidade fere a mulher, renega sua sexualidade”, exemplifica.

A naturalização de supostos papéis de homens e mulheres faz com que boa parte das violências sejam reproduzidas sem que sejam percebidas como violências.

“Quando grupos discriminados, como as mulheres, os negros e as negras ocupam espaços que até tempos atrás não estavam destinados a eles ‘socialmente’, o rompimento dessa expectativa social gera muita violência, que chega também ao extremo do físico, mas que é muito mais cotidiana do que se pensa e, por isso, precisamos falar também da violência psicológica, do assédio cotidiano sofrido”, frisa a psicóloga Daniela Rozados, que integra o Grupo PoliGen de

## **Feminicídio**

Outras violências, infelizmente, são mais explícitas e chegam ao extremo de crimes contra a vida em relacionamentos entre jovens. De acordo com a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) Silvia Chakian, na sua atuação diária com frequência aparecem casos em que meninas de 15,16 ou 17 anos são vítimas de feminicídio – o assassinato de mulheres pela condição de ser mulher, motivado muitas vezes ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de gênero.

“É muito triste, mas por vezes o namoro, a relação entre dois jovens, vai parar no Tribunal do Júri”, lamenta a promotora, que é também coordenadora do Gevid, o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica do MPSP. “Muitas vezes, o que está em jogo ali é o direito ao não – o direito da mulher dizer não a um relacionamento, não a uma relação sexual naquele momento ou daquela forma”, explica.

Segundo a promotora, em muitos casos de agressões e ameaças contra mulheres menores de idade os autores dos crimes também são jovens e, com isso, o caso vai parar na Vara da Infância e Juventude e não nas varas especializadas na aplicação da Lei Maria da Penha – o que pode ser um problema para coibir a repetição da violência.

“Infelizmente, nas Varas da Infância ainda há uma resistência em aplicar a Lei Maria da Penha. Com isso, muitas vezes, é dada a remissão, que é uma espécie de ‘perdão’, e o adolescente vai embora sem passar por nenhum trabalho de reflexão sobre ciclo da violência e com a mensagem de que aquele crime não é tão grave quanto um assalto ou um latrocínio, por exemplo”, justifica.

Nesse cenário, o adolescente pode reproduzir o comportamento violento naquele ou em outros relacionamentos, alerta a operadora do direito.

## **Porno de vingança**

A promotora aponta ainda que, com o aumento do uso de novas tecnologias, espaços como as redes sociais e celulares também podem ser usados para controle do corpo e da sexualidade da mulher desde muito cedo.

“A prova de amor que os homens exigiam de mulheres antigamente, que era a virgindade, agora é a senha do Facebook ou gravar cenas de sexo que depois podem ser usadas para ameaçar aquela pessoa”, exemplifica.

Foi o que aconteceu com a jornalista Rose Leonel, que compartilhou sua história durante o Fórum: ao decidir romper um relacionamento de quatro anos, o ex-namorado de Rose não só divulgou fotos íntimas dela tiradas durante a relação, como também realizou montagens com seu rosto em cenas de sexo e publicou as imagens na internet como se fossem anúncios de prostituição, fornecendo o celular da própria Rose e do seu filho, então adolescente, como contato.

A ação do ex foi amparada pela reprovação social que as fotos causaram que, baseada justamente em estereótipos de gênero, culpabilizaram a própria vítima pela violência e

perseguição sofrida.

A jornalista, assim, perdeu emprego, o convívio do filho, que optou por mudar de país, e enfrentou anos de dor e sofrimento. Seu ex, por outro lado, diante da lacuna existente na legislação em relação a esses crimes, foi condenado por ter cometido um crime contra honra. Sua condenação teve impacto muito mais simbólico do que prático, uma vez que a pena determinada pelo Sistema de Justiça foi de uma indenização de 30 mil reais, aponta Rose.

Atualmente, a jornalista, que fundou a ONG Marias da Internet, atua dando apoio terapêutico e orientações jurídicas para vítimas de crimes como o que sofreu.

### **Lacuna legislativa e culpabilização da vítima**

Em casos de pornô vingança como a sofrida por Rose Leonel, o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais Mario Higuchi considera que o mais adequado seria processar o autor do crime por lesão corporal, e não por crime contra a honra.

“A saúde psicológica da vítima fica completamente comprometida e é fácil comprovar isso com um laudo. A [Lei Maria da Penha](#) também é perfeitamente aplicável, mas, a maioria dos tribunais ainda caracteriza como crime contra a honra, em que a pena pode ser de multa”, indica o promotor que é titular da Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do MPMG.

Em sentido semelhante, a professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas Marta Rodriguez de Assis Machado destaca que nos casos de crime contra a honra não há a perspectiva de gênero, a ação penal é privada, ou seja, deve ser custeada pela vítima, uma vez que nem sempre a Defensoria Pública está estruturada e sensibilizada para atuar na garantia de direitos da vítima e não do réu.

O aumento numérico de casos denunciados e a gravidade a que podem chegar têm demandado respostas dos sistemas de Segurança e Justiça: em novembro de 2013 [duas adolescentes, uma de Veranópolis \(RS\) e outra de Parnaíba \(PI\), cometeram suicídio](#) após descobrirem que fotos e vídeos seus foram compartilhados.

Nesse contexto, os operadores do direito avaliam que o caminho mais seguro para o processamento desses crimes seria criação de um tipo penal específico para essa conduta.

Além da tipificação, segundo a professora Marta Rodriguez, é preciso também debater as representações de gênero nos tribunais brasileiros.

“Eu quero citar [um caso do TJMG](#), em que o desembargador Francisco Batista de Abreu, da 16ª Câmara Cível, reduziu a punição de um homem condenado por divulgar fotos da ex de R\$ 100 mil para R\$ 5 mil, alegando que ‘quem ousa posar daquela forma e naquelas circunstâncias tem um conceito moral diferenciado’. Infelizmente, coisas desse tipo ainda acontecem no Brasil, então não basta ter o tipo penal, os papéis de gênero precisam ser debatidos, porque muitas vezes ainda é a conduta das mulheres que foram vítimas de violência que vai para o banco dos réus”, frisa a professora, que é também pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Outro ponto essencial nesse enfrentamento é debater esses papéis também com os jovens por meio de ações e políticas públicas que envolvam a educação e a mídia, para disseminar valores

de igualdade e respeito e mostrar que é papel de toda a sociedade enfrentar as discriminações, evitando que a vítima seja alvo de nova violência ao ser culpada pelo crime que sofreu.

A jornalista Bárbara Lopes, que integra a área de juventude da ONG Ação Educativa, que oferece apoio e capacitação a jovens e educadores, conta que no trabalho com adolescentes é muito comum ouvir, quando há casos de divulgação de vídeos sem autorização das mulheres, frases como “as meninas estão confiando demais nos moleques” ou “são muito burras”, o que não só reforça estereótipo de gênero, mas também a idéia de que essas violências são apenas questões individuais, e não um problema social. “A mensagem por trás desses comentários é que a menina que tem que se cuidar, quando enfrentar esse tipo de violência é uma responsabilidade é coletiva”, ressalta.

***Confira alguns dados da pesquisa (ou [clique aqui para acessar o documento na íntegra](#))***

[easyrotator]erc\_87\_1418047563[/easyrotator]

---

## **Fórum Fale sem Medo: reconhecer tipos menos visibilizados de violência é passo essencial para prevenção**

### ***Especialistas debatem caminhos para reverter a naturalização da violência contra mulheres que prevalece entre os jovens***

**(Agência Patrícia Galvão, 08/12/2014)** Os jovens aprovam a Lei Maria da Penha e percebem a existência do machismo no país. É o que mostra a [pesquisa encomendada pelo Instituto Avon ao Data Popular](#) para abrir os debates do Fórum Fale Sem Medo, que aconteceu no último dia 3, em São Paulo. Contudo, boa parte desses mesmos jovens reproduzem comportamentos que subjugam a autonomia e os direitos das mulheres e que estão na raiz de diferentes formas de violência física, moral e psicológica contra mulheres de todas as idades.

Promovida pelo Instituto Avon no âmbito da campanha mundial “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, a segunda edição do Fórum reuniu neste ano gestores, pesquisadores, promotores, jornalistas, ativistas e especialistas para debater formas de impedir a reprodução da violência baseada em gênero entre as gerações.

“De alguma forma, já percebemos entre os jovens indícios de que não há mais a mesma tolerância de antigamente em relação à violência a que eles assistem em suas casas. No entanto, ainda que inconscientemente, estes mesmos jovens estão reproduzindo o cenário de controle e desrespeito nas relações afetivas que, mais dia ou menos dia, redundam em violência”, aponta a presidente do Conselho Executivo do Instituto Avon Alessandra Ginante.

## **Educar contra a discriminação**

Diante dos achados da pesquisa, os presentes foram unânimes em destacar que é preciso debater com as novas gerações quais são os papéis sociais de gênero e como eles podem alimentar relações violentas, para com isso desnaturalizar as várias formas de violência contra as mulheres que acontecem cotidianamente.

“A pesquisa deixa muito claro que os jovens têm dificuldade em entender o que é violência. Essa falta de percepção permite a perpetuação dos atos de agressão e da desigualdade de gênero. A pesquisa mostra como tudo isso é naturalizado na sociedade”, explica Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, organização que foi consultora da pesquisa e dos conteúdos do Fórum.

O levantamento apontou, por exemplo, que a maioria dos mais de dois mil jovens entrevistados, com idades entre 16 e 24 anos, já nos primeiros relacionamentos convive com situações como: o impedimento de que a mulher use determinada roupa, que ela saia sozinha com amigos, a invasão de suas contas nas redes sociais pelo parceiro e a não aceitação quando a mulher decide romper o relacionamento.

***Confira alguns dados da pesquisa (ou [clique aqui para acessar o documento na íntegra](#))***

[easyrotator]erc\_87\_1418047563[/easyrotator]

## **Os jovens mudaram ou hoje as formas de violência são outras?**

A socióloga Vera Aldrighi, especialista em pesquisas de opinião e comportamento, avalia que a natureza da violência hoje é completamente diferente, houve uma mudança de percepção. Isso não significa que a violência em si tenha aumentado, mas que aumentaram a repressão e a exposição. “É isso que nos faz ter a impressão de que aumentou a violência em si”, aponta.

Em sentido semelhante, a pesquisadora Heloísa Buarque de Almeida avalia que este é um momento de transformação social muito grande, em que a violência contra as mulheres tende a aparecer mais, justamente porque as pessoas começam a perceber como violência várias situações que antes não viam.

Professora do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, Heloísa atualmente coordena uma pesquisa sobre estupro no campus da USP e avalia que as discriminações que existem nas universidades públicas e privadas expõem como a violência contra as mulheres, o racismo, a homofobia e a transfobia independem de classe social ou formação educacional. “Fica patente como é necessário criar uma espécie de pauta dos direitos humanos na educação. E é preciso ensinar para os rapazes a cultura do consentimento. O cara tem que entender que se a mulher não pode consentir – seja porque está bêbada, desacordada, o que for – ele não pode abusar dela. Sexo sem consentimento é estupro”, frisa.

## **Mídia e educação devem ser prioridades**

Para mudar este cenário, os especialistas presentes recomendam como fundamentais ações e políticas públicas que envolvam a educação e a mídia, para disseminar valores de igualdade e

respeito e mostrar que é papel de toda a sociedade enfrentar as discriminações e reverter a banalização de todas as formas de violência.

Nesse sentido, a secretária de Políticas para as Mulheres de Santo André (SP), Silmara Conchão, relatou no evento a experiência do município em promover a formação sobre as relações de gênero de 80 professores e diretores da rede municipal usando os materiais da Campanha '[Quem Ama Abraça - Fazendo Escola](#)'. "Se ainda não há uma lei federal inserindo o estudo das relações de gênero nos currículos escolares, os municípios podem se mobilizar e fazer isto localmente, não temos que ficar esperando", instigou a secretária, que é também professora.

Convidada a participar do painel de debate sobre a pesquisa, a cantora e compositora paulistana Negra Li, que participou de um dos vídeos de divulgação da Campanha, considera que os artistas também devem se engajar nesta causa, ajudando a conscientizar as pessoas sobre o problema da violência contra as mulheres. "Assim como o racismo, ainda existe um machismo camuflado muito forte", afirmou a cantora, que cantou um trecho da música tema da Campanha, que foi tocada em seguida no vídeo exibido aos participantes (*confira abaixo*).

Segundo a artista plástica Ana Paula Alves, professora de artes, grafiteira e integrante da Rede Nami, o ativismo pelo fim da violência e a arte foram fundamentais para seu fortalecimento, depois de viver uma situação de violência. Por conta de uma gravidez indesejada, a artista foi forçada pela família a casar muito jovem e já aos 20 anos foi vítima de violência pelo marido. "A violência é como uma cicatriz, a ferida estanca, mas a marca está sempre ali", afirma.

Atualmente, Ana Paula atua visitando escolas para discutir o problema com adolescentes e ajudá-las a identificar uma situação de violência. Também leva informações sobre caminhos de denúncia e apoio, como pela [Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180](#), que ela divulga nos lugares que visita.

### **Políticas públicas e responsabilidade empresarial**

Na avaliação da secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), Aparecida Gonçalves, a pesquisa sobre a percepção dos jovens sobre a violência contra mulheres trouxe elementos que irão contribuir para o aprimoramento das estratégias da política pública de enfrentamento à violência em 2015. "A sociedade precisa superar as discriminações e propagar novos valores de igualdade, sem machismo, racismo e homofobia", aponta.

A secretária destaca ainda que é fundamental que as empresas também assumam suas responsabilidades nessa frente. "O Ligue 180 recebe em média 22 mil ligações por dia de mulheres pedindo ajuda, e a cada 5 minutos uma mulher é agredida no Brasil. Ou seja, as empresas podem ter muitas mulheres que sofrem violência e muitos agressores nos seus quadros", frisou, convidando outras companhias a seguir os passos do Instituto Avon, que é apoiador da [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#) - uma cooperação entre Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria e empresas, que busca engajar esses atores na promoção dos direitos das mulheres a uma vida livre de violência.

***Confira alguns momentos do Fórum Fale sem Medo  
Violência contra a mulher: o jovem está ligado?***

## 6 de dezembro: homens unidos pelo fim da violência contra mulheres

**(Agência Patrícia Galvão, 05/12/2014)** Envolver os homens no enfrentamento à violência contra as mulheres e promover a igualdade de gênero são desafios colocados pela campanha [HeForShe](#), da ONU Mulheres, e lembrado há mais de duas décadas pela [Campanha do Laço Branco](#). A mobilização internacional ocorre no dia 6 de dezembro e integra as ações dos [16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres](#).

[easyrotator]erc\_13\_1417729648[/easyrotator]

No Brasil, as primeiras iniciativas da Campanha foram realizadas em 1999 pelo Instituto Papai, em Recife, e pelo Promundo, em Brasília. Responsável pela organização da Campanha do Laço Branco em São Paulo junto com a Ecos - Comunicação em Sexualidade, o filósofo Sérgio Barbosa explica que, além das atividades do dia 6 de dezembro, a Campanha desenvolve ações de conscientização em fábricas, empresas e instituições públicas, por meio de palestras, intervenções e ações preventivas que buscam mostrar como é possível resolver conflitos sem o uso da violência.

“O homem precisa, primeiramente, reconhecer a violência de gênero como um problema enraizado em nossa sociedade e como uma forma real de agressão, seja física ou moral, e a partir daí denunciar e mudar seus hábitos para evitar a propagação de uma cultura de violência”, completa o filósofo, que coordena o serviço de responsabilização para homens autores de violência do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Desenvolver ações nesse sentido nem sempre é fácil, pois os recursos disponíveis para as atividades são poucos. “Os órgãos públicos ainda investem muito pouco na Campanha em seu âmbito de ações preventivas de longo prazo”, lamenta.

Segundo Sérgio, a Campanha é voltada, em princípio, para homens não agressores e tem a intenção de incentivar esses homens a denunciar quando se depararem com uma situação de violência contra a mulher. “A Campanha é justamente para reforçar o lado positivo. Não é só para lembrar o massacre no Canadá, mas também para lembrar o que temos no Brasil: uma visão positiva de outros homens que não cometem violência contra a mulher e possam ser exemplos de uma sociedade mais equitativa, justa e honesta”.

### **Projeto promove educação de gênero para homens**

No interior de São Paulo, no município de São José dos Campos, o projeto Mil Homens pela Paz foi criado em agosto, no aniversário da Lei Maria da Penha, com o intuito de envolver os homens no trabalho de conscientização sobre o tema. A diretora da Coordenadoria Especial de

Políticas para Mulheres da Secretaria de Promoção da Cidadania da Prefeitura, Marcela de Andrade, lembra que, durante uma ação para mulheres em uma cooperativa de reciclagem, deparou-se com o questionamento de um grupo de homens sobre a ausência de ações específicas para o público masculino e decidiu desenvolver o trabalho.

“O objetivo do projeto é criar um ambiente para que os homens, não só os agressores, reflitam sobre essa realidade. Alguns ainda associam a violência apenas à agressão física ou não entendem o ciclo vivido pela mulher, que está envolvida emocionalmente com o agressor. Temos trabalhado isso e percebemos que conseguimos deixá-los bastante pensativos e reflexivos sobre o tema”, explica Marcela.

O projeto faz parte das ações da [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#) e prevê um ciclo de dez palestras para sensibilizar mil homens para as questões de gênero. No decorrer das ações foi formado o Comitê Laço Branco, que conta com representantes da sociedade civil e tem o apoio e participação da Defensoria Pública de São José dos Campos para pensar na mobilização do dia 6 de dezembro e criar uma agenda de atividades para dar continuidade ao trabalho de conscientização e prevenção da violência contra as mulheres ao longo de 2015.

Segundo o defensor Júlio Camargo Azevedo, que atua na Vara de Violência Doméstica do município, o intuito do trabalho é retirar o estigma de que o enfrentamento deva ser feito apenas pelas mulheres. Para isso, a agenda prevê a realização de cursos sobre a cultura de gênero. “Sabemos que o preconceito e a discriminação vêm de uma construção cultural e para combater isso é preciso ter ações estratégicas que contribuam para plantar uma semente de conscientização nos homens para a questão de gênero”.

### **Parlamentares mobilizam-se pelo fim da violência**

O cartão vermelho é o símbolo adotado pela Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma iniciativa inédita criada em 2011 com o objetivo de promover a reflexão dos gaúchos e dar um basta à cultura de violência presente na sociedade.

Coordenada pelo deputado Edegar Pretto (PT-RS), a Frente conta com um grupo de trabalho composto por parlamentares e representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, universidades, Secretarias Estaduais e movimentos sociais, que se reúnem a cada dois meses para avaliar o trabalho desenvolvido e propor novas ações, como o Encontro Gaúcho de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com a participação de atletas, artistas, ativistas e lideranças políticas. Em 2012, cerca de cem gaúchos cavalgaram pelas ruas de Porto Alegre para chamar atenção para a causa. Na 4ª edição do Encontro, neste 6 de dezembro, [o trajeto será feito de bicicleta, da Praça Zumbi dos Palmares até o Gasômetro](#). Em parceria com a Federação Gaúcha de Futebol, a Frente também tem desenvolvido ações de conscientização nos estádios de futebol ao final dos campeonatos.

“Aqui no Rio Grande do Sul essa cultura machista é muito forte e não é à toa que ela existe. Ela vem dos ensinamentos de homens e mulheres de que o homem é o forte, de que não fica triste. Aos poucos estamos tentando mudar essa mentalidade. E há muita simpatia dos homens para essa luta”, ressalta o deputado.

Outro trabalho da Frente foi a organização do Relatório Lilás, publicado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS em 2013, com estatísticas de



diversas secretarias estaduais sobre a violência contra a mulher e reflexões sobre feminicídio, violência de gênero e Lei Maria da Penha. O intuito é atualizar os dados do documento anualmente para servir como fonte para a implementação de políticas públicas de enfrentamento ao problema.

As ações inspiraram a criação no Estado da Rede de Frentes Parlamentares pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Atualmente, 53 municípios gaúchos contam com Frentes Parlamentares que fazem o mesmo trabalho no âmbito municipal. Em nível nacional, neste ano foi criado o Movimento Nacional dos Parlamentares Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, coordenado pelo deputado Edegar, com o intuito de criar Frentes por todo o Brasil. Até o momento, foi criada uma Frente em Santa Catarina e outros seis Estados manifestaram interesse pela ação.

Além da ampliação para todo o território nacional, o objetivo para 2015 é incluir o debate sobre a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha no currículo das escolas. “Tem que haver um momento em que os professores possam falar sobre esse assunto. Se nós não intervirmos na educação das crianças, a menina que vê a mãe ser violentada em casa tem um grande possibilidade de ser uma mulher submissa e o guri que vê o pai batendo na mãe pode se tornar um homem agressivo”, afirma o deputado.

### **Como surgiu a Campanha do Laço Branco**

A Campanha do Laço Branco surgiu no Canadá após o assassinato de mulheres que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Montreal. Em 6 de dezembro de 1989, um jovem armado invadiu uma sala de aula na Escola Politécnica de Montreal ordenando que todos os homens saíssem e ficassem apenas as mulheres; em seguida ele matou 14 mulheres e feriu outras 14 e logo depois se matou. No bilhete encontrado no corpo do assassino ele explicava que queria “acabar com as feministas que destruíram sua vida”. Na carta havia ainda o nome de 19 mulheres feministas que ele pretendia matar.

O crime mobilizou a opinião pública canadense, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Foi assim que um grupo de homens lançou a Campanha do Laço Branco em 1991 com a intenção de mostrar que, apesar de existirem homens violentos e agressores, existem também homens que repudiam tais atos de violência contra a mulher. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

### **Conheça a Campanha da ONU #HeForShe**

Idealizada pela ONU Mulheres, a Campanha [#HeForShe](#) foi lançada este ano para estimular o engajamento de homens pela igualdade de gênero e fim da violência contra a mulher. Durante o lançamento da Campanha em Nova York, a atriz britânica Emma Watson, embaixadora da Boa Vontade da ONU Mulheres, defendeu que “é hora de começar a ver gênero como um espectro ao invés de dois conjuntos de ideais opostos”. Para o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, “violência contra a mulher é um problema global e deve ser combatido por homens e mulheres em conjunto”.

A Campanha já conta com quase 200 mil adesões em seu site, que disponibiliza um mapa atualizado em tempo real para monitorar a participação dos homens. No Brasil, o número de adesões chega a quase 4 mil. Durante a Copa do Mundo mais de 400 torcedores cederam suas

imagens para divulgação da mensagem #HeForShe. Os apoios vieram de homens e meninos de 22 países.

**Contatos:**



**Dep. Edegar Preto** - Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da violência contra as mulheres

**E-mail:** [edegar.preto@alrs.gov.br](mailto:edegar.preto@alrs.gov.br)

(51)3210-2450



**Marcela de Andrade** - Diretora da Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres da Secretaria de Promoção da Cidadania da Prefeitura de São José dos Campos  
(12) 3932-8629



**Sergio Barbosa** - Coordenador da Campanha do Laço Branco em São Paulo pelo Coletivo feminista

**E-mail:** [sergiofbarbosa@uol.com.br](mailto:sergiofbarbosa@uol.com.br)

(11) 3812-8681

---

## Pregão presencial nº 002/2014 - Contratação de empresa prestadora de serviços de assistente técnico de projeto

O INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº CNPJ 05.408.004/0001-27, associação sem fins lucrativos, com sede na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 2050, 5º andar, Bloco B, Conjunto 52, Bela Vista, em São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01318-002, **torna público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar** a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, conforme detalhado abaixo:

Data: 07/11/2014

Hora: 14 horas

Local: Sala de Reuniões do INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, localizada na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 2050, Bloco B, 5º andar, Conj. 52, CEP 01318-002, Bela Vista, em São Paulo, Estado de São Paulo.

[Edital Assistente de Projeto](#)

---

## Ministra Luiza Bairros fala sobre avanços e desafios no combate ao racismo no Brasil

**(Portal da Seppir, 08/05/2014)** *“Estamos em um momento especial, pois os casos de discriminação estão tendo mais visibilidade. São episódios com padrões diferenciados”, afirmou a ministra Luiza Bairros hoje, no Encontro Nacional do Ministério Público em Recife-PE*

Os Desafios no Enfrentamento ao Racismo no Brasil foi o tema da palestra da ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que abriu o Encontro da Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais: Enfrentamento ao Racismo, nesta quinta-feira (8), no Hotel Jangadeiro, em Boa Viagem. O evento está sendo promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e tem como anfitrião o Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Na palestra, a ministra Luiza Bairros reconheceu avanços em muitas reivindicações da população negra brasileira nos últimos anos, a exemplo da lei de cotas para o ingresso nas universidades. Segundo ela, a melhoria do padrão de renda das classes menos favorecidas

também ajudou o acesso aos bens de consumo e aos espaços antes quase que apenas povoados por brancos. No entanto, reconhece que, ao mesmo tempo em que ajudaram, as iniciativas revelaram o racismo presente na sociedade, que deixa cada vez mais de ser velado, tornado-se explícito.

“Estamos em um momento especial, pois os casos de discriminação estão tendo mais visibilidade. São episódios com padrões diferenciados”, analisa a ministra. “Os negros ganham novos espaços na sociedade e frequentam locais, como shopping centers, antes quase exclusivo aos brancos. Os atos discriminatórios devem-se ao estranhamento dos brancos, que observam a perda de seus privilégios”, afirmou a chefe da SEPPIR.

A ministra Luiza Bairros explicou também que ainda existe uma aplicação insatisfatória da legislação e que os crimes de racismo e injúria racial tem um percentual muito baixo de condenações. “As pessoas, contudo, estão mais dispostas a denunciar. E o Ministério Público é um forte parceiro para levarmos justiça às vítimas”, disse ela.

A ministra ressaltou também o papel dos meios de comunicação, afirmando que ao mesmo tempo em que auxiliam no combate ao racismo, o reforçam quando põem no ar programas policiais que sempre trazem a imagem do negro associada ao crime. Entretanto, ela é otimista por perceber que se aumenta a voz da população negra. “Os quilombolas, as mulheres negras, a juventude negra tem mostrado suas demandas específicas e feito cobranças”, comentou.

### **Não basta a indignação**

Para o procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon, a sociedade ainda pratica a omissão. “Não basta nos indignarmos com o racismo. O Ministério Público é uma ferramenta forte nesta luta, mas precisa de outras instituições. É necessário um maior envolvimento, maior diálogo cotidiano e não só em eventos”, avaliou.

Por sua vez, a coordenadora do GT Racismo, procuradora de Justiça Maria Bernadete Figueiroa, que na ocasião falou sobre o projeto ‘Conhecer para Enfrentar’, entende que “o racismo precisa ser percebido e compreendido como realmente ocorre. O discurso pregado de que somos todos iguais fez com que não concentrássemos na seriedade do tema”.

Já o conselheiro do CNMP Cláudio Portela, que apresentou a Ação Nacional do Ministério Público (Fase 3), reforçou que a dignidade humana deve ser o centro da sociedade e que ela precisa ver os MPs como seus defensores, para torná-la mais justa e igualitária. “Precisamos ir para a rua defender os cidadãos e o enfrentamento ao racismo é uma das nossas missões de defesa”.

**Abertura** - A solenidade de abertura teve como componentes da mesa a ministra, procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon de Barros; corregedora-geral substituta, Daisy Maria Pereira; conselheiro do CNMP, Cláudio Portela; procurador regional dos Direitos do Cidadão (MPF), Aurélio Rios; coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Discriminação Racial do MPPE, Maria Bernadete Figueiroa; representante da Secretaria de Direitos Humanos do Recife, Elizabeth Godim; presidente da Associação do MPPE, José Vladimir Acioli; representante da Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas, José Carlos Lopes; e coordenadora do GT Racismo da Polícia Militar de Pernambuco, capitã Lúcia Helena.

Participaram da palestra membros dos Ministérios Públicos Estaduais, do Trabalho, do Militar,

do Federal e do Distrito Federal e Territórios, auxiliares do CNMP. Ainda, representantes da Ouvidoria Nacional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, do Consulado Americano no Recife, da Ordem dos Advogados do Brasil - Pernambuco, da Polícia Militar, da Secretaria da Mulher, da Gerência da Igualdade Racial do Recife, do movimento negro pela sociedade civil, e das Comunidades Quilombolas.

Na programação da tarde ainda foi realizada uma oficina 'Racismo e Imaginário Social' e a apresentação dos resultados do GT Racismo do MPPE.

O encontro prossegue nesta sexta-feira (9), com palestra magna do professor Mário Lisboa Theodoro e oficinas de trabalho sobre o projeto 'Conhecer para Enfrentar'. Em seguida, as propostas de trabalho serão consolidadas e validadas. A assinatura do pacto de resultados do projeto fechará o evento.

**Acesse no site de origem:** [Ministra fala sobre avanços e desafios no combate ao racismo no Brasil \(Portal da Seppir, 08/05/2014\)](#)

---

## [Aumenta o número de denúncias de tráfico de pessoas](#)

**(Compromisso e Atitude, 24/04/2014)** O levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público mostra o tráfico de pessoas tem aumentado no país. De acordo com a pesquisa, foram 1758 casos de tráfico de pessoas, 45 deles para exploração sexual.

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Aumenta o número de denúncias de tráfico de pessoas \(Bom Dia Brasil - 24/04/2014\)](#)

---

## [Pesquisa inédita revela forte preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres por parceiros ou ex](#)

A pesquisa **Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres** revelou que, para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. A pesquisa de opinião inédita, realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão em maio de 2013, revelou significativa preocupação da sociedade com a

violência doméstica e os assassinatos de mulheres pelos parceiros ou ex-parceiros no Brasil.

A pesquisa contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

**[Conheça os dados completos.](#)**